

A INSTABILIDADE DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI: OS CASOS DA ARGENTINA E DA VENEZUELA

João Carlos Amoroso Botelho*

Introdução

Argentina e Venezuela, consideradas como as nações latino-americanas com modelos de sistemas bipartidários consolidados (Lamounier, 1992), entraram nos últimos anos em períodos de instabilidade democrática. O objetivo aqui é diagnosticar as causas dessas turbulências, que, em pleno século XXI, também atingem outros países da América Latina e são mais uma dificuldade para o desenvolvimento integral da democracia na região.

A origem da instabilidade das democracias argentina e venezuelana pode ser identificada na combinação de crises econômica e de credibilidade de partidos e políticos. Em consequência da primeira situação, houve ainda a deterioração das condições sociais. Essa avaliação poderia dar por encerrada a questão, não fosse por um aspecto que merece reflexão: por que, então, o Brasil, que enfrentou a mesma combinação de problemas no início dos anos 90, não descambou para a instabilidade democrática como seus dois vizinhos? Na pergunta, está implícito o entendimento de que o processo de *impeachment* de Fernando Collor não chegou a gerar instabilidade democrática, a categoria priorizada aqui, mas apenas a de seu governo, já que a destituição ocorreu estritamente de acordo com as regras.

O questionamento proposto, sem a intenção de incluir o Brasil como um terceiro objeto de análise neste estudo, é útil para ilustrar a primeira hipótese de trabalho. Se as crises mencionadas acima também existiram, em maior ou menor medida, no Brasil, o multipartidarismo consolidado no país e a tradição de sua democracia em ter governos de coalizão são características que diferenciam o sistema político brasileiro do argentino e do venezuelano.

A partir da análise dos casos da Argentina e da Venezuela no século XXI, pretende-

se defender aqui que multipartidarismo e governo de coalizão são dois aspectos que, em países com altos níveis de desigualdade socioeconômica e pobreza, contribuem para a manutenção da estabilidade democrática, entendida como o respeito às regras de alternância no poder. Essa primeira hipótese restringe-se também a um contexto mais recente das democracias, com eleições regulares, livres, minimamente limpas e de participação universal.

Lijphart inclui multipartidarismo e governo de coalizão entre os três primeiros traços definidores do modelo consensual de democracia, considerado por ele como o mais adequado a sociedades heterogêneas, já que, no majoritário, as minorias que têm seu acesso ao poder sistematicamente negado poderão se sentir excluídas e perder o senso de lealdade ao regime.

Esse mesmo diagnóstico de Lijphart sobre o potencial desestabilizador do modelo majoritário também vale quando se defende neste estudo bipartidarismo ou governo de partido único, características da variante majoritária, combinam-se com traços consensuais, como na Argentina e na Venezuela.

No modelo consensual, multipartidarismo e governo de coalizão são dois dos passos para a distribuição dos recursos de poder entre os diferentes grupos. A presença de apenas um dos dois aspectos não se mostra suficiente, como indicam os países priorizados neste trabalho, mas, entre os dois itens, é preferível o sistema multipartidário, que, segundo Lijphart, leva à aliança para governar. Tanto Argentina quanto Venezuela tiveram experiências de coalizões, mas que, sem a superação total do bipartidarismo, geraram um governo fraco politicamente ou um quadro inconsistente de alternativas partidárias.

O entendimento que se tem aqui de multipartidarismo é a existência de ao menos três siglas efetivas no cenário político. Não se adota o cálculo do número de partidos efetivos, e sim a representatividade nos níveis federal e estadual, e a sustentação como força de peso. Já a coalizão é encarada como a participação de integrantes de, no mínimo, duas legendas em cargos de primeiro escalão, com a contrapartida do apoio ao governo da respectiva base parlamentar.

No médio prazo, porém, como se discutirá ao final, por meio de uma tentativa de generalizar a primeira hipótese exposta, mostra-se necessário que multipartidarismo e governo de coalizão estejam combinados com a melhoria das condições sociais, já que o nível de desenvolvimento socioeconômico do país interfere na sustentabilidade do seu regime democrático. Assim, chega-se à hipótese principal deste estudo: sistema multipartidário, coalizão para administrar e inclusão social contribuem para a estabilidade democrática em sociedade desiguais e pobres.

Sem contar efetivamente com essas três características, as democracias de Argentina

e Venezuela viram o protesto popular tornar-se um componente de suas práticas políticas. Depois de, ao longo da história dos dois países, ajudar a combater ditaduras, a população mobilizada nas ruas cobra hoje resultados dos governos democráticos e tem sido capaz de derrubar ou reerguer presidentes.

Na linha de Sartori, é necessário matizar a hipótese acima, no sentido de que há tipos de multipartidarismo menos favoráveis à estabilidade do regime em sociedades desiguais e pobres. Os mais indicados são aqueles com menor grau de polarização ideológica. A Venezuela fornece um exemplo nesse sentido, já que seu sistema multipartidário na era chavista converte-se num pluralismo polarizado, por causa da polarização entre situação e oposição, e acaba por não contribuir para a estabilidade democrática.

Contexto histórico

A instabilidade dos governantes é uma característica da história da América Latina. Sua origem remonta ao século XIX, quando as guerras de independência deixaram o legado de exércitos dispersos e Estados frágeis, incapazes de reprimir as investidas para a tomada do poder.

Também já é secular a disposição dos Estados Unidos em interferir nos processos políticos na América Latina. A primeira invasão de Cuba data de 1902. Nessa época, a crescente importância norte-americana no cenário internacional levou o país a se considerar no direito de intervir militarmente na América Central e no Caribe, tida como uma zona vital de segurança. A partir da revolução cubana de 1959, houve um aumento da ajuda militar dos Estados Unidos à América Latina e uma nova onda de intervencionismo na região, que se tornou uma área de preocupação norte-americana com a possibilidade de avanço da esquerda e da zona de influência da União Soviética.

A América Latina contou ainda com uma extensa relação de governos e golpes militares. Em 1954, dos vinte países da região, treze eram administrados por suas Forças Armadas. Apenas entre 1962 e 1966, foram nove tomadas de poder conduzidas por elas. Em 1980, dois terços da população latino-americana viviam sob o domínio ou sob uma administração militar de fato.

O populismo completa o quadro de fatores históricos ligados à formação de uma tradição de instabilidade dos governantes na América Latina. Por seu estilo anti-sistema de fazer política, o líder populista tende a gerar turbulências, esteja ou não no poder. Ainda que não seja inerente a esse tipo de político recorrer ao golpe, representantes latino-americanos usaram o expediente para continuar ou chegar ao governo. Contra eles, também foi comum a ação preventiva diante da possibilidade de uma radicalização de esquerda. Para Octavio Ianni, um regime populista tende a ser forte ou ditatorial.

Quando teve encerrado seu último ciclo de regimes militares, com a realização de eleições no Paraguai, em 1992, a América Latina deu, enfim, um passo significativo para relegar ao passado a tradição de instabilidade dos governantes. Esse avanço, porém, não resistiu à conjuntura política e econômica das próprias democracias implantadas.

Atingida pela crise da dívida externa na década de 1980, uma parte significativa do subcontinente viu-se constrangida pelos organismos de crédito como o FMI e o Banco Mundial a aderir, entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990, como condição para renegociar seus débitos, a um programa de reformas. A aplicação desse modelo combinou o tripé reformista básico da desregulação, abertura de mercado e privatizações, com a busca por equilíbrio fiscal e queda da inflação. Apesar de ter provocado uma euforia inicial, por causa da redução inflacionária e da geração de crescimento, o principal efeito das medidas, no longo prazo, foi a deterioração das condições de vida da maioria da população.

Esse programa neoliberal também tornou os governos que o adotaram na América Latina mais impotentes diante do processo de globalização, sobretudo em relação à variante que José Luis Fiori chama de financeira. As reformas desmontaram a capacidade estatal de regular o mercado e seus fluxos de capitais e geraram uma extrema dependência dos empréstimos e investimentos externos. Assim, os países ficaram sujeitos a turbulências a cada nova crise no cenário internacional e obrigados a manter seus equilíbrios macroeconômicos para ter credibilidade no mercado e atrair recursos.

A Argentina e a Venezuela, que mais tarde viriam a enfrentar instabilidade democrática, estiveram, de acordo com Anderson, na linha de frente da onda de reformas neoliberais na América Latina a partir das posses, respectivamente, de Carlos Menem e Carlos Andrés Pérez em 1989. O segundo, porém, sofreu mais resistências políticas para a implementação das medidas, já que não contou com o antecedente de uma hiperinflação.

Iniciados os anos 2000, a América Latina viu o começo de um período de instabilidade democrática logo no primeiro mês de 2000, com um golpe no Equador. No mesmo ano, houve uma tentativa no Paraguai. A partir de 2001, então, já no século XXI, ocorreram quedas de presidente na Argentina, na Venezuela, na Bolívia, no Haiti e novamente no Equador.

Transcorrida mais de uma década desde o final do último ciclo de regimes militares na América Latina e superados os períodos de transição na maior parte dos casos, as democracias da região ainda não podem ser consideradas estáveis. Além dos resquícios golpistas e autoritários de suas elites política e econômica e de seus militares, hoje a população se tornou mais um dos juízes que podem decidir pela queda dos presidentes latino-americanos.

Os períodos que mais interessam a este trabalho são os dos governos de Fernando de la Rúa na Argentina (1999-2001) e Hugo Chávez na Venezuela (1999-2007), com ênfase nos processos que culminaram na queda dos dois presidentes (provisória para o venezuelano e definitiva para o argentino), respectivamente, em dezembro de 2001 e em abril de 2002. No caso da Argentina, não chegou a configurar-se um golpe de Estado, mas uma derrubada, que se encaixa na categoria de instabilidade democrática tratada aqui, porque, apesar da renúncia, houve manifestações violentas para exigí-la. Já no da Venezuela, sim, ocorreu um golpe, em conformidade com o modelo que se tornou clássico na história da América Latina, por ter contado com o envolvimento dos Estados Unidos, oferecendo, no mínimo, sua condescendência, de setores das Forças Armadas e das elites econômica e política venezuelanas.

As trajetórias democráticas dos dois países nas últimas décadas têm como ponto em comum o bipartidarismo. Na Argentina, alternam-se na Presidência, desde a reinstauração da democracia, em 1983, o PJ (Partido Justicialista), que é a legenda do peronismo, e a UCR (União Cívica Radical). Apesar dos protestos de “*que se vayan todos*” ao final da gestão De la Rúa, o que continua a vigorar segundo o critério adotado aqui é o bipartidarismo, com o PJ como a principal força e a UCR como a segunda. Os dois têm as maiores bancadas na Câmara e no Senado e governam 22 das 24 unidades da federação. O radicalismo, obviamente, sofreu um baque por causa do fiasco de sua última administração e apresentou um desempenho ínfimo (2,34%) nas eleições presidenciais de 2003, mas segue como a segunda agremiação nas duas casas legislativas e administra seis Províncias. A legenda com o terceiro maior número de deputados, a ARI (Afirmación por uma República Igualitária), da ex-radical Elisa Carrió, ocupa só catorze das 257 cadeiras da Câmara e não possui representantes no Senado e nos governos provinciais. As terceiras e quartas forças, como foram a Frepaso e a AR (Ação pela República), aparecem, conquistam algum poderio e deixam de ter representatividade com a mesma rapidez. Os exemplos atuais de partidos no enalço do PJ e da UCR são a ARI e o PRO, de Mauricio Macri.

Na Venezuela, a AD (Ação Democrática) e o Copei (social-cristão) revezaram-se no poder de 1958 até 1993, quando Rafael Caldera, que já havia sido presidente pelo Copei, reelegeu-se por uma coligação de partidos menores. A predominância das duas agremiações, porém, só desapareceu por completo em 1998, diante da eleição pela primeira vez, para governante, de alguém sem ligação com as duas forças tradicionais e do menor nível de votação conjunta que tiveram para a Câmara Baixa, passando de 45,9% em 1993 para 36,1%.

Se um alvo aqui é o potencial do bipartidarismo para gerar instabilidade democrática em sociedades desiguais e pobres, porque o período enfatizado na Venezuela é o de Chávez, quando já não havia a divisão do poder entre duas legendas? O fato é que as turbulências para o regime no país já vinham desde o final dos anos 1980, como reflexo do domínio bipartidário, que ainda vigorava. Um segundo aspecto é que tanto com Caldera quanto com Chávez não houve a consolidação de um sistema multipartidário. No caso do segundo, prestes a completar oito anos de governo, a polarização entre situação e oposição faz com que o multipartidarismo se converta em pluralismo polarizado, com forte predominância do MVR (Movimento Quinta República). Hoje, a agremiação chavista administra dezesseis das 24 unidades da federação e tem 119 dos 167 deputados da Assembleia Nacional, que, com a Constituição de 1999, virou a única Casa do Parlamento. Junto com seus aliados, possui 22 governos e a totalidade do Legislativo, por causa da desistência da oposição de concorrer em 2005, alegando falta de imparcialidade do CNE (Conselho Nacional Eleitoral).

A gestão De la Rúa foi a primeira experiência de um governo de coalizão na Argentina, desde a redemocratização e terminou em fiasco, com a renúncia do presidente, após fortes protestos populares. A Aliança pelo Trabalho, pela Justiça e pela Educação era composta, desde 1997, por UCR e Frepaso, uma terceira força surgida em 1994, e já havia vencido as eleições legislativas no ano da sua formação. As crises econômica e de credibilidade política apontadas no início como causas da instabilidade democrática estiveram fortemente presentes no caso argentino. Dois meses antes da queda de De la Rúa, as eleições legislativas de 2001 tiveram 13,23% de votos nulos e 10,76% de votos em branco. A situação econômica, então, era periclitante, com o país à beira da moratória de sua dívida externa, além das condições sociais em franca decadência.

As decretações do *corralito* (o bloqueio de depósitos bancários) e, a seguir, do Estado de sítio, em 19 de dezembro de 2001, foram as medidas que lançaram a classe média às ruas, em companhia das camadas mais baixas, que já participavam de saques, e de agitadores políticos profissionais, convocados pelo PJ da Província de Buenos Aires. Um dia depois, De la Rúa, isolado politicamente e pressionado pelos protestos, acabou renunciando.

A coalizão liderada por ele nunca chegou a valer-se desse nome. O vice Carlos Chacho Álvarez, da Frepaso, renunciou logo no primeiro ano de mandato, após assumir o papel de levar adiante denúncias de suborno a senadores na aprovação de um projeto governamental e não se sentir apoiado por De la Rúa.

A Aliança enfrentou problemas de coesão desde sua formação. No curto período entre seu surgimento, em 1997, e a vitória nas eleições presidenciais de 1999, ela não foi capaz

de institucionalizar mecanismos de concertação. Também não tinha uma liderança forte na qual se apoiar. A coalizão prejudicava-se ainda pela linha contrária às velhas práticas políticas em que a Frepaso havia se afirmado, algo que a centenária UCR não pretendia encampar de fato. Isso gerava contradições internas, que atingiram o ápice na renúncia de Chacho Álvarez, e dificuldades para a negociação com o PJ e líderes sindicais.

A administração De la Rúa foi um exemplo de governo fraco politicamente, em razão de sua própria natureza e da magnitude dos desafios que teve de encarar, reticente em contrariar interesses e incapaz de obter um acordo concreto de governabilidade com a principal força de oposição, que tinha a maior bancada no Senado. Para dificultar a via da negociação, o peronismo vinha de uma derrota e estava muito dividido, além de, com a tradição de disputa de soma zero do bipartidarismo argentino, não ter predisposição para a colaboração.

Diante da magnitude da crise que De la Rúa teve de administrar já como legado da gestão Menem (1989-1999), nem a incorporação ao governo de mais uma sigla, a de Domingo Cavallo, nomeado para o Ministério da Economia, foi suficiente para amenizar a situação. Pelo contrário, pois o ex-ministro menemista acabou por aglutinar os setores da oposição, mesmo a interna, em torno da exigência de sua demissão. A ascensão da Frepaso também não chegou a representar a consolidação de um sistema multipartidário na Argentina, já que a durabilidade das terceiras e quartas forças como partidos efetivos continuaria a ser curta, como a rápida derrocada da própria Frepaso mostraria.

Com a inoperância da coalizão e a inexistência de um sistema consolidado de mais de dois partidos, os problemas econômicos e políticos enfrentados não puderam ser amenizados e canalizados para dentro do próprio regime por meio de componentes do modelo consensual como o multipartidarismo e o governo de coalizão e, assim, converteram-se em ameaças à ordem democrática.

Na Venezuela, a instabilidade do regime não tem relação com o imobilismo do presidente, como na Argentina, e sim com o decisionismo e a concentração de poderes. A gestão Chávez, porém, não foi a única da história política recente do país a enfrentar turbulências. A instabilidade havia se iniciado no final da década de 1980. Em 1989, um pacote de medidas neoliberais anunciado por Carlos Andrés Pérez (AD) no começo do seu segundo mandato, após prometer na campanha que não faria isso, levou a distúrbios generalizados no país, o chamado Caracaço, por causa do aumento do preço da gasolina e, em consequência, do transporte.

Como a Venezuela é o sétimo maior produtor petrolífero do mundo, sua população é acostumada a pagar pouco pela gasolina. Os venezuelanos também viam a crise da dívida externa e a queda dos preços do petróleo minarem a capacidade de o Estado sustentar sua

rede de distribuição de benefícios. Pouco antes, em 1983, havia ocorrido uma desvalorização da moeda, que, até então, tinha uma cotação razoável em relação ao dólar. Por último, o pacote neoliberal de Carlos Andrés Pérez não teve, como na Argentina e no Brasil, a antecedência de uma hiperinflação, que contribuiu para desfazer resistências.

Com ele no poder, somou-se ao descalabro econômico a instabilidade do seu governo e do regime. Depois do Caracaço, Andrés Pérez foi alvo, em 1992, de duas tentativas de golpe militar, sendo que a primeira teve o então tenente-coronel do Exército Hugo Chávez como líder. No ano seguinte, o presidente sofreu o *impeachment*, acusado de corrupção. Ou seja, estava configurado o quadro das crises econômica e de credibilidade política. Nas eleições presidenciais de 1993, com mais do que o dobro de abstenção em relação à edição anterior, pela primeira vez, o vencedor não foi da AD nem do Copei.

A instabilidade democrática voltou com a gestão Chávez, iniciada em 1999. A partir de então, o novo presidente começou a ter de lidar com as duas crises, que persistiam e que haviam contribuído para sua vitória, e adotou uma postura de confrontação com as elites, acusadas por ele de serem as responsáveis pela situação da Venezuela. Com isso, três anos depois, acabaria deposto por um golpe civil-militar e permaneceria afastado por cerca de 48 horas. Chávez acumulou decisões e inimigos em diversas frentes, a partir de uma ideologia de que era necessário refundar o país, corrompido pelas práticas políticas anteriores, e levar adiante sua revolução bolivariana.

A pregação desse mito refundacional é uma das características que liga Chávez a líderes populistas do passado da América Latina. O nome do partido chavista, MVR (Movimento Quinta República), é uma alusão à idéia de que era necessário fundar outra República. Mais um traço que relaciona o venezuelano ao populismo é sua atuação no incentivo a uma participação política mais ativa das classes baixas. Essa participação é entendida mais como uma busca do ativismo cívico, mediado pelo líder, do que como um estímulo à filiação partidária. Além disso, o chavismo e o governo que conduz não podem ser definidos como o resultado de uma aliança de classes, o que os diferencia dos regimes populistas latino-americanos descritos por Ianni.

Uma visão negativa da política e da democracia tradicionais determinou a maneira como Chávez lidou com a crise de credibilidade de partidos e políticos. Sua ascensão à Presidência foi como um líder carismático e anti-sistema, que fez campanha em nome da substituição da velha classe política. Já seu partido, uma palavra que, por sinal, desapareceu da Constituição idealizada pelo chavismo, é um movimento personalista com fins, sobretudo, eleitorais. O MVR, por exemplo, continua a ter Chávez, inclusive formalmente, no topo de sua estrutura hierárquica, apesar do crescimento registrado desde as eleições

de 1998 e de governar hoje dezesseis das 24 unidades da federação.

O decisionismo de Chávez atingiu seu ponto alto com o anúncio, em novembro de 2001, de um pacote de 49 decretos, emitido por meio da Lei Habilitante (uma autorização concedida pela Assembléia Nacional para que o presidente possa legislar sem a interferência da Casa). No mês seguinte, as principais associações de trabalhadores e empresários convocaram a primeira greve geral contra a administração Chávez.

Nesse momento, a mídia também já fazia parte da aliança antichavista. Em abril de 2002, quando Chávez foi deposto, o grupo contou ainda com a atuação decisiva de setores militares e, no mínimo, a anuência do governo George W. Bush aos planos golpistas. Consumada a deposição, os Estados Unidos deram apoio ao presidente empossado, o empresário Pedro Carmona.

Desde os anos 1980, propostas de reforma institucional vinham em processo de discussão e aprovação na Venezuela. Uma media implantada foi a eleição para governador a partir de 1989. Isso abriu a possibilidade do surgimento de novas lideranças, mesmo nas legendas tradicionais, o que chegou a ocorrer, mas, como a crise política já se manifestava, a renovação acabou prejudicada. Na gestão anterior a de Chávez, chegou a haver formalmente um governo de coalizão, mas sem que um sistema multipartidário já tivesse se afirmado.

Com a eleição de Chávez, o bipartidarismo de AD e Copei encerrou-se em definitivo. Passou a se enfraquecer, por outro lado, o governo de coalizão. Apesar de ter sido eleito por uma coligação partidária, o presidente não abre muito espaço em seu ministério para integrantes das outras forças e não tem como política a valorização dessa participação. O estilo confrontativo de Chávez administrar também contribui para que a variedade atual de siglas se transforme num modelo bipolar (pois são dois pólos, e não dois partidos) e de disputa de soma zero. Por causa do nível de confrontação e, conseqüentemente, de polarização, acabam por existir só situação e oposição, fazendo com que o multipartidarismo se converta na prática num pluralismo polarizado.

Então, assim como na Argentina, governo de coalizão e multipartidarismo não estão presentes efetivamente na Venezuela e não puderam contribuir para que o alto nível de confrontação seja amenizado e permaneça dentro das regras da alternância democrática no poder.

Se o bipartidarismo e as crises econômica e de credibilidade política são aspectos em comum no desenvolvimento dos processos de instabilidade democrática na Argentina e na Venezuela, há uma diferença significativa entre os dois casos. No venezuelano, essa perda de credibilidade implicou o redesenho dos sistemas político e partidário e o fortalecimento e a eleição de um líder que não pertencia à classe política tradicional, enquanto

no argentino, isso não ocorreu. O peronismo e a UCR continuam a ser as duas principais forças, e o presidente eleito após os protestos de “*que se vayan todos*” foi Néstor Kirchner, que era governador pelo PJ havia doze anos.

Como se explicam esses resultados opostos nas respectivas eleições presidenciais? Pela interpretação deste estudo, de duas maneiras principais, que se complementam. Em primeiro lugar, o peculiar processo de escolha do candidato peronista teve um efeito de renovação. Com três candidaturas surgidas das fileiras do partido, as diversas correntes internas do peronismo puderam estar representadas na disputa e, ao mesmo tempo, sem que nenhuma tivesse o direito de carregar o nome da legenda. A segunda explicação é que, na Argentina, não houve o fortalecimento de um líder carismático e anti-sistema político, como Chávez, que pudesse canalizar o voto de protesto contra a classe política.

Conclusões

Os casos argentino e venezuelano possibilitam a avaliação de que a engenharia institucional de linha consensualista e a inclusão social, em países com altos níveis de desigualdade socioeconômica e pobreza, contribuem para a sustentabilidade da democracia a longo prazo. Fraca ou forte, uma administração com poucos canais de negociação e sem mecanismos de contrapeso fica mais sujeita à radicalização dos conflitos e, em consequência, ao desrespeito às regras de alternância no poder. Multipartidarismo e governo de coalizão interferem para que haja menos possibilidade de turbulências do regime em sociedades desiguais, abrindo mais espaço para que os excluídos do sistema político possam participar dele, e não contestá-lo. No médio prazo, porém, esse desenho tende a ser insuficiente para evitar a instabilidade democrática, se não for combinado com a diminuição da exclusão social.

Defende-se neste estudo, portanto, que multipartidarismo, governo de coalizão e inclusão social contribuem para a estabilidade da democracia em sociedades desiguais e pobres. Na Argentina e na Venezuela, os três aspectos, ou mesmo dois deles, não se combinaram efetivamente em suas trajetórias democráticas mais recentes. No Brasil, multipartidarismo e governo de coalizão sim, o que serviu até agora para evitar as ameaças ao regime, mas sem avanço significativo na inclusão social. Na Bolívia e no Equador, porém, só os dois primeiros itens não foram suficientes, confrontados com, por exemplo, IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) entre os três piores da América do Sul.

Além disso, na Índia, multipartidarismo e governo de coalizão, que se reveza com gabinetes de partido único, também convivem com péssimos indicadores sociais e um IDH pior do que os de Equador e Bolívia, mas a democracia indiana tem passado incólume, já que as disputas no país asiático são de outra origem, sobretudo fronteiriça e

separatista.

Um quinto caso é o do Chile, onde a combinação de sistema multipartidário e coalizão para governar – com a vantagem de que o IDH chileno é o segundo melhor entre as nações sul-americanas – tem resultado igualmente em segurança para a ordem democrática. Outro país da América do Sul, o Uruguai, transitou de um bipartidarismo histórico para um maior número de forças políticas efetivas e viu isso com a contribuição do governo de coalizão e de seu quadro social ser acompanhado da estabilidade do regime.

Recebido em março/2006; aprovado em maio/2006.

Nota

*Mestre em Ciências Sociais: Política pela PUC-SP, doutorando em Política pela Universidad de Salamanca e pesquisador do Demos (Grupo de Estudos da Democracia e de Política Comparada) da PUC-SP. E-mail: joacarlosbotelho@hotmail.com